

# CA CURTO PRAZO

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto



**RELATÓRIO E CONTAS  
DEZEMBRO 2017**



# CA CURTO PRAZO

---

## Conteúdos

NOTA INTRODUTÓRIA .....2

SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS MERCADOS .....4

PRINCIPAIS EVENTOS .....7

DESEMPENHO DOS FUNDOS DE CURTO PRAZO.....9

INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO FUNDO.....10



## Nota Introdutória

---

O Fundo foi autorizado pela CMVM em 18 de fevereiro de 2016 e iniciou a sua atividade em 1 de abril de 2016 como Fundo de Investimento Mobiliário Aberto CA Curto Prazo, nos termos da Lei nº 16/2015, de 24 de fevereiro.

Desde 1 de outubro de 2017 a responsabilidade pela gestão do fundo é da IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A., com sede na avenida da República, nº 25 – 5ªA, em Lisboa, registada na Conservatória do Registo Comercial sob o nº único de matrícula e identificação fiscal 502 151 889.



(Página intencionalmente deixada em branco)



## Síntese da Evolução dos Mercados

---

O ano de 2017 revelou-se um ano positivo para a generalidade das classes de ativos, com o crescimento económico global a surpreender pela positiva e a inflação a ficar aquém do esperado.

A economia mundial cresceu 3,7%, o ritmo mais elevado desde 2011, com os EUA, a Europa, o Japão e a China a superarem as expectativas de crescimento que se registavam no início do ano. A inflação global surpreendeu, ao situar-se nos 3,1%, abaixo dos esperados 3,5%. Os EUA foram os principais responsáveis por este desvio, uma vez que a baixa taxa de desemprego não se materializou no aumento dos salários que muitos economistas tinham previsto. A não materialização dos principais riscos identificados pelos investidores, como a situação na Coreia do Norte e o abrandamento do crescimento económico Chinês, também ajudou ao sentimento favorável, acabando por contribuir para a performance positiva dos mercados.

A dívida pública da zona euro obteve rentabilidades positivas suportadas pela política monetária expansionista do Banco Central Europeu (BCE), a manutenção de um discurso cauteloso, a reafirmação do alargamento do programa de compra de ativos até setembro de 2018, caso as circunstâncias o exijam, para além da afirmação de que as taxas de juro se deverão manter inalteradas para lá do fim do programa de compras. A justificar esta decisão, esteve o facto de as dinâmicas de inflação permanecerem fracas e dependentes dos estímulos monetários. A avaliação da economia foi melhorando ao longo do ano, à medida que os sinais de crescimento se tornavam mais robustos, levando mesmo a que existissem já no final do ano algumas divergências no seio do conselho de governadores do BCE, com alguns a expressarem a necessidade de se terminar antecipadamente com o programa de compra de ativos. Esta evolução levou a que as taxas de juro dos países “core” aumentassem, enquanto os *spreads* dos países periféricos estreitaram, especialmente na Grécia e em Portugal.

Relativamente a Portugal, de destacar a aceleração do crescimento económico e a redução do défice, que se traduziram numa revisão em alta do rating da república para *investment grade* por parte da Fitch e da Standard&Poor’s. A instabilidade política em Itália e Espanha, nomeadamente o agendamento de novas eleições em Itália e as aspirações independentistas da Catalunha, impediram uma performance mais positiva da dívida pública destes países.

Os mercados de crédito também registaram uma evolução favorável, com os *spreads investment grade* e *high yield* a estreitarem. A melhoria das condições económicas ao nível global levou a um aumento dos resultados das empresas, que se traduziram numa melhoria das métricas de crédito e a uma queda das taxas de incumprimento. Por outro lado, o programa de compra de ativos pelo BCE continuou a dar suporte ao crédito.

O mercado obrigacionista nos EUA obteve também rentabilidades positivas, tendo a taxa a 10 anos permanecido praticamente inalterada. A Reserva Federal (FED) tinha sinalizado no início do ano que iria aumentar as taxas de juro três vezes e, apesar de o mercado ter duvidado que as mesmas ocorressem dado o baixo nível da inflação *core*, foi o que acabou por acontecer. O crescimento acima do potencial associado a condições financeiras acomodáticas, a convicção de que a convergência para o objetivo de inflação é uma questão de tempo e a necessidade de normalizar a política monetária, acabaram por justificar as três subidas da taxa de juro. A FED anunciou ainda o início da redução do



seu balanço. Na componente de crédito, tanto *investment grade* como *high yield* registaram uma redução de *spreads* que se traduziu em rendibilidades positivas, suportadas pela melhoria das condições económicas e pelo aumento do preço das matérias-primas.

Outro segmento que saiu igualmente beneficiado pela diminuição dos *spreads* foi a dívida de mercados emergentes. O discurso protecionista adotado por Donald Trump na campanha eleitoral norte-americana provocou alguma cautela relativamente às economias emergentes, mas a não concretização dessa retórica associada à subida do preço das matérias-primas, acabou por resultar em retornos bastante positivos nestas geografias, com o interesse dos investidores a redirecionar-se para dívida em moeda local, na expectativa de ganhos cambiais e de cortes adicionais nas taxas de juro domésticas, em detrimento da dívida em USD e Euro.

Ao nível dos mercados acionistas, destaque para o bom *momentum* de resultados vivido em 2017, com crescimento positivo, baixa inflação e revisões em alta dos resultados na generalidade das geografias. Neste enquadramento os retornos mais atrativos viriam, como seria de esperar, a registar-se nos mercados acionistas, com os EUA e o Japão a valorizarem mais de 20% e os mercados emergentes mais de 30%. As ações na zona euro valorizaram 12%, beneficiando da melhoria das condições económicas, fruto do aumento do investimento e das exportações, da manutenção de uma política monetária acomodatória e da não materialização de alguns riscos, nomeadamente os políticos. No início do ano temia-se que as eleições em França e na Holanda pudessem resultar em governos extremistas, que colocassem o projeto europeu em causa, mas tal não sucedeu, tendo inclusivamente o projeto europeu sido reforçado pela vitória de Emmanuel Macron em França.

Nos EUA, o mercado acionista registou uma apreciação de 21% impulsionado por um crescimento económico forte, suportado pelo consumo e pelo investimento, por um dólar a desvalorizar e pela reforma fiscal da administração Trump. Movimento similar registou-se no Japão, onde o mercado acionista valorizou 21%. A política fiscal e monetária expansionistas induziram um aumento significativo do crescimento económico, suportado pelo consumo privado, o investimento e as exportações. Esta dinâmica de crescimento impactou positivamente os resultados das empresas, ao mesmo tempo que as taxas de juro se encontram condicionadas pela política monetária do Banco do Japão. Por último, o Yen desvalorizou contra as principais moedas, o que se traduziu num aumento dos resultados das empresas exportadoras. A reeleição da coligação no poder deu confiança ao mercado de que as políticas fiscais e monetárias se manterão num futuro próximo.

Os mercados emergentes valorizaram 37%, beneficiando da recuperação da economia mundial, da valorização das matérias-primas, da desvalorização do dólar e da estabilização do crescimento na China. O reforço da liderança do presidente Xi no congresso do partido comunista chinês conferiu estabilidade ao rumo da economia, tendo sido sinalizadas três áreas de atuação para os próximos três anos: a prevenção dos riscos financeiros, a redução da pobreza e a luta contra a poluição.

Ao nível cambial destaque para a valorização do euro face às principais moedas, tendo valorizado 14% face ao dólar, 10% face ao yen, 4% face à libra e 9% face ao franco suíço. A beneficiar o euro esteve o acelerar da atividade económica na zona euro e o ambiente pro-cíclico, enquanto que a penalizar o yen estiveram as políticas monetárias e fiscais japonesas e a penalizar a libra esteve a incerteza provocada pelo Brexit.



As matérias-primas registaram uma modesta valorização de 1,7%, tendo o ouro, o crude, o gado e o cobre contribuído positivamente, enquanto o gás natural, o milho, o trigo e a soja contribuíram negativamente.

A volatilidade voltou a cair, encontrando-se em níveis historicamente reduzidos.



## Principais Eventos

---

### Publicação dos Relatórios e Contas dos fundos geridos pela Sociedade

A 12 de abril foram publicados no sítio da CMVM os Relatórios e Contas dos fundos IMGA, relativos ao exercício findo a 31 de dezembro de 2016.

Os Relatórios e Contas dos fundos referentes ao 1º semestre de 2017 foram publicados a 20 de agosto.

### Novos Fundos da Sociedade Gestora

Em fevereiro, a IM Gestão de Ativos lançou dois novos fundos de investimento – o IMGA Iberia Equities e o IMGA Iberia Fixed Income, focados nas oportunidades existentes no mercado ibérico.

### Transferência de gestão dos FIM da CA Gest

A 1 de outubro concretizou-se a transferência da gestão dos oito fundos de investimento mobiliário até então geridos pela CA Gest para a esfera da IMGA. Os fundos que passaram a ser geridos pela IMGA foram o CA Rendimento, CA Monetário, CA Curto Prazo, IMGA Flexível (ex. CA Flexível), IMGA Alternativo (ex. CA Alternativo), IMGA Dedicado Acumulação (ex. CA Dedicado Acumulação), IMGA Dedicado Valorização (ex. CA Dedicado Valorização) e IMGA Ações Europa (ex. CA Ações Europa).

### Atribuição de prémios à Sociedade Gestora e respetivos Fundos de Investimento

No passado dia 12 de abril, a IMGA recebeu pelo segundo ano consecutivo o prémio Morningstar - Melhor Sociedade Gestora Nacional Global 2016. Com este prémio, a IMGA foi distinguida pela consistência e rendibilidade ajustada ao risco da sua oferta global, consolidando o compromisso de uma oferta de produtos de excelência e com melhor rendibilidade para os Clientes.

A 5 de junho, a IMGA foi distinguida no âmbito da terceira edição dos Prémios Melhores Fundos APFIPP de 2016, que decorreu em Lisboa. Nesta edição, foram reconhecidos os seus fundos IMGA Extra Tesouraria III, como o melhor fundo de investimento na classe de fundos de curto prazo e o IMGA Prestige Conservador como o melhor fundo em Portugal na sua classe.

Estes prémios são o reconhecimento, pelos responsáveis da indústria de gestão de ativos, de que o investimento nestes fundos se tem revelado como uma boa solução de investimento para os subscritores, permitindo conciliar bons níveis de rendibilidade no atual contexto de taxas de juro próximas de zero, com baixos ou moderados níveis de risco, e sobretudo a consistência do retorno apresentado nos últimos 3 e 5 anos, devidamente ajustado ao risco.

### Outras alterações





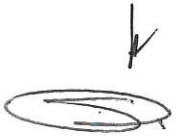
Com vista a ajustar a oferta de fundos de investimento às necessidades dos seus participantes, a IMGA procedeu a algumas alterações aos seus fundos, das quais se destaca a alteração à política de distribuição de rendimentos e conseqüente alteração de denominação do fundo IMGA Rendimento Semestral, bem como a redução da comissão de gestão dos fundos IMGA Liquidez, IMGA Extra Tesouraria III, IMGA Rendimento Semestral e IMGA Euro Taxa Variável, com o objetivo de preservar a rentabilidade num contexto de taxas de juro negativas.

### **Relatório de Controlo Interno da Sociedade**

A 30 de junho foi enviado o referido relatório para o Banco de Portugal e para a CMVM.

### **Relatório de Prevenção do Branqueamento de Capitais**

A 30 de junho foi entregue no Banco de Portugal, o Relatório de Prevenção do Branqueamento de Capitais para o período de referência entre 1 de junho de 2016 e 31 de maio de 2017.



## Desempenho dos fundos de curto prazo

No final de dezembro de 2017, numa conjuntura generalizada de baixos rendimentos, os fundos de curto prazo da IMGA registaram níveis de rentabilidade a 1 ano que comparam favoravelmente com outras alternativas de investimento, tais como produtos bancários e fundos com políticas de investimento comparáveis.

Os fundos de curto prazo geridos pela IMGA apresentaram em dezembro de 2017 as seguintes rentabilidades e níveis de risco:

Fundos IMGA	ISRR	1 Ano			3 Anos			5 Anos		
		Rentabilidade Anualizada	Risco		Rentabilidade Anualizada	Risco		Rentabilidade Anualizada	Risco	
			Nível	Classe		Nível	Classe		Nível	Classe
Liquidez	1	0,06%	0,06	1	0,11%	0,09	1	0,41%	0,11	1
CA Monetário	1	0,01%	0,00	1	0,22%	0,04	1	0,68%	0,09	1
CA Curto Prazo	1	0,32%	0,12	1	ND	ND	ND	ND	ND	ND
Extra Tesouraria III	1	0,01%	0,01	1	0,11%	0,02	1	0,54%	0,08	1

Fonte: APFIPP a 29 de dezembro de 2017

ISRR: Indicador Sintético de Risco e Remuneração = resulta do cálculo da volatilidade dos retornos semanais da unidade de participação (UP) de cada fundo nos últimos cinco anos. As rentabilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função da classe de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). As rentabilidades anualizadas indicadas a 3 e 5 anos apenas seriam obtidas se o investimento fosse efetuado durante a totalidade do período de referência.

Considerando o conjunto de fundos com notação Morningstar™ de 3, 4 e 5 estrelas, a IMGA ocupa uma posição de destaque entre as principais sociedades gestoras nacionais, com 20 fundos elegíveis merecedores dessas classificações, de um total de 28 fundos.

Os fundos de curto prazo geridos pela IMGA apresentaram em dezembro de 2016 e 2017 as seguintes notações:

Fundo IMGA	Overall Rating	
	(dez. 2016)	(dez. 2017)
IMGA Liquidez	***	***
IMGA Extra Tesouraria III	****	****

Fonte: Morningstar.pt



## Informação Financeira do Fundo

---

A estratégia prosseguida na gestão do fundo CA Curto Prazo durante o ano de 2017 assentou, fundamentalmente, na extensão de maturidade das aplicações em mercado monetário e, simultaneamente, na otimização da exposição a depósitos bancários e obrigações sobretudo no sector financeiro.

Durante o ano o fundo promoveu um aumento da exposição ao sector financeiro, ainda que com prazos residuais máximos de 5 anos, dado os prémios de risco do sector serem mais atrativos que os emitentes não financeiros. Relativamente ao segmento de obrigações de taxa indexada, os níveis de rentabilidade absoluta continuam a cair, com os novos cupões continuamente a fixar-se a níveis cada vez mais baixos, dada a queda consecutiva das taxas de juro Euribor.

O fundo terminou o ano com a exposição a Depósitos Bancários perto dos máximos legais, de forma a aproveitar as melhores taxas de rentabilidade oferecidas, para além de ser expetável que as taxas de rendimento nos instrumentos de mercado monetário continuem historicamente baixas.

De modo a otimizarmos a rentabilidade do fundo e salvaguardando o estrito cumprimento das regras de política de investimento, tem sido desenvolvida uma gestão ativa da carteira, para explorar eventuais ganhos de capital através do investimento de curto prazo em obrigações, no mercado primário e secundário, de taxa fixa ou taxa variável. Esta estratégia tem-se revelado eficaz nos últimos meses, dada a forte dinâmica criada pela procura/oferta e pela volatilidade dos mercados de taxa de juro e de crédito.

Não obstante as dificuldades de reinvestimento acima referidas, as características defensivas da sua carteira prevaleceram e a exposição ao segmento de obrigações de curto prazo permitiu ao fundo, num enquadramento desafiante para a sua classe, registar uma performance positiva.

O fundo de investimento mobiliário aberto CA Curto Prazo apresentou em dezembro de 2017 uma rentabilidade a 1 ano de 0,32%. Atingiu um valor líquido global de 28,4 M€, superior em 12,3% face aos 25,3 M.€ de dezembro de 2016.

Desde o início do ano, registou vendas líquidas positivas de 3,0 M€, com subscrições de 14,0 M€ e resgates de 11,0 M€.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.

## Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Em cumprimento do n.º 2 do art.º 161 do RGOIC, apresenta-se de seguida o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores, e o montante agregado da remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização:

Remuneração do Exercício de 2017			
Órgãos de gestão e fiscalização	Rendimento fixo	Rendimento variável	Número a 31/12/2017
<u>Comissão Executiva</u>			
Presidente e Administradores	359.383 €	127.426 €	3
Administradores Independentes	30.000 €	0	1

Colaboradores	Rendimento fixo	Rendimento variável	Número a 31/12/2017
Colaboradores	1.741.537 €	150.175 €	26

No exercício de 2017 os gastos anuais relativos à remuneração dos serviços de auditoria externa, foram de 24.600,00 €.

O fiscal único não foi remunerado pelas suas funções de fiscalização.

## Erros de valorização

No exercício económico findo em 31 de dezembro de 2017, não há publicidade de erros na valorização das unidades de participação do organismo de investimento coletivo.

## Eventos subsequentes

Para o período ocorrido entre o termo do exercício e o da elaboração do presente Relatório não existiu nenhum evento assinalável.

# Fundo de Investimento Mobiliário Aberto CA Curto Prazo



## Elementos Identificativos

**Tipo de Fundo:** Fundo de Investimento Mobiliário Aberto  
**Data de Constituição:** 01 de abril de 2016  
**Sociedade Gestora:** IM Gestão de Ativos -  
- Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.  
**Banco Depositário:** Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL  
**Valor da Carteira em 31 dezembro de 2017:** 28.370.452 M Euros

## EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

2016 (\*) 2017

<b>Rendibilidade</b>	0,1%	0,3%
<b>Risco (nível)</b>	1	1

(\*) Rendibilidade anualizada

## POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O Fundo procurará proporcionar aos participantes um nível de rentabilidade próximo das taxas de juro de curto prazo, através de investimentos realizados maioritariamente em instrumentos de baixa volatilidade e maturidade ajustada ao objetivo do Fundo.

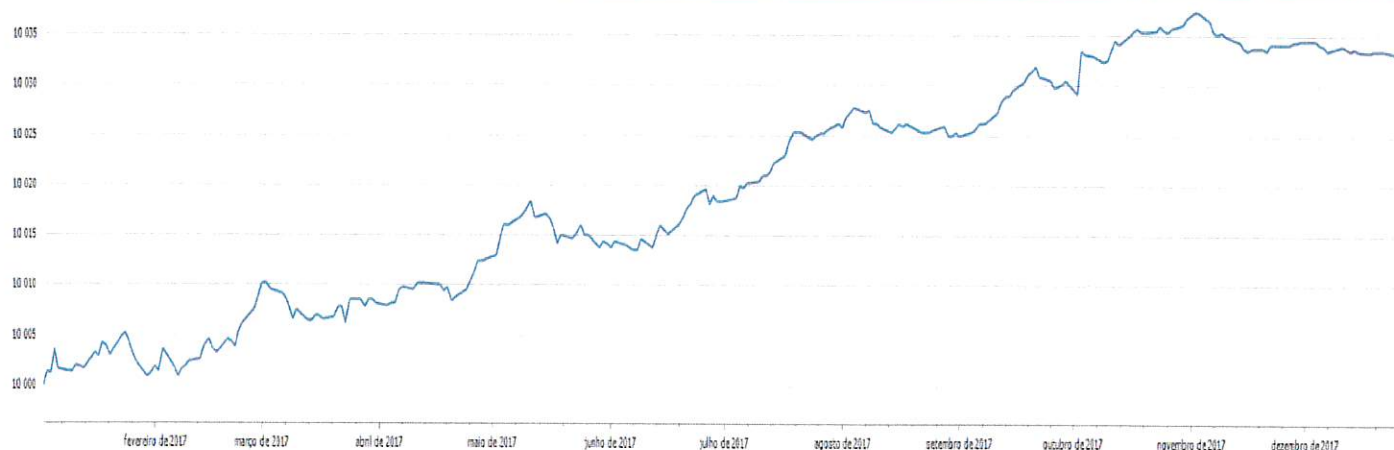
O Fundo investirá em valores mobiliários representativos de dívida admitidos à cotação em mercados regulamentados ou recentemente emitidos, cujas condições de emissão incluam o compromisso de que será solicitada a admissão à negociação em mercado regulamentado, bem como instrumentos do mercado monetário e depósitos a prazo.

Ficam expressamente excluídos da política de investimentos instrumentos de dívida com uma maturidade residual superior a 5 anos ou cuja estrutura integre instrumentos financeiros derivados, ações ou mercadorias e participações em organismos de investimento coletivo cujo regulamento de gestão não proíba o investimento nos valores anteriormente referidos.

O Fundo deve deter em permanência um mínimo de 50% do seu valor líquido global investido em valores mobiliários, instrumentos do mercado monetário e depósitos bancários, com uma maturidade residual média ponderada igual ou inferior a 12 meses.

O Fundo poderá investir em valores mobiliários de taxa fixa com prazo de vencimento residual superior a 12 meses até ao limite de 15% do seu valor global líquido, bem como em instrumentos denominados em divisas diferentes do euro, até ao máximo de 15% do seu valor global líquido, desde que efetue a cobertura do risco cambial.

## EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES



As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência. Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo liquidadas de todas as outras comissões e encargos. O regime fiscal dos fundos de investimento foi alterado a partir de 01 de julho de 2015 pelo que os valores das unidades de participação divulgados até 30 de junho de 2015 são deduzidos da fiscalidade então suportada pelo fundo mas não têm em consideração o imposto que seja eventualmente devido pelos Participantes relativamente aos rendimentos auferidos no período após essa data. O nível de risco do Fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

# Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

## CA Curto Prazo

### Elementos Identificativos

**Tipo de Fundo:** Fundo de Investimento Mobiliário Aberto  
**Data de Constituição:** 01 de abril de 2016  
**Sociedade Gestora:** IM Gestão de Ativos -  
 - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.  
**Banco Depositário:** Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL  
**Valor da Carteira em 31 dezembro de 2017:** 28.370.452 M Euros

### EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

	31-dez-16	31-dez-17
Nº UP's em circulação	5.050.215	5.651.376
Valor Unitário UP (Euros)	5,0042	5,0201

### CUSTOS E COMISSÕES

Mercado	Região	Unidades: milhares €	
		Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões
Mercado Nacional	Portugal	12.846	0,6
Mercados União Europeia	Alemanha	1.007	
	França	2.743	
	Dinamarca	303	
	Espanha	905	
	Itália	1.419	
	Luxemburgo	503	
	Irlanda	100	
	Países Baixos	1.133	
	Reino Unido	1.062	
	Suiça	304	
	Suecia	908	
	Polónia	405	
	<b>sub-total</b>	<b>10.792</b>	<b>0,4</b>
Outros Mercados	EUA	3.648	
	<b>sub-total</b>	<b>3.648</b>	<b>0,0</b>
	<b>Total</b>	<b>27.286</b>	<b>1,0</b>

### DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMONIO

	31.12.2017
Valores mobiliários	17.074.890
Saldos bancários	11.162.928
Outros ativos	181.380
<b>Total dos ativos</b>	<b>28.419.198</b>
Passivos	48.747
<b>Valor Líquido de Inventário</b>	<b>28.370.452</b>

### TÍTULOS EM CARTEIRA

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	(valores em Euro)	
						SOMA	%
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
M.C.O.B.V. Estados Membros EU	16.210.873	70.550	23.333	16.258.089	72.751	16.330.840	95%
M.C.O.B.V. Estados Não Membros EU	816.439	638	276	816.801	100	816.901	5%
Sistemas de negociação multilateral de países terceiros	-	-	-	-	-	-	0%
<b>Total</b>	<b>17.027.312</b>	<b>71.188</b>	<b>23.609</b>	<b>17.074.890</b>	<b>72.851</b>	<b>17.147.741</b>	<b>100%</b>

# Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

## CA Curto Prazo

### Elementos Identificativos

**Tipo de Fundo:** Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Data de Constituição: 01 de abril de 2016

Sociedade Gestora: IM Gestão de Ativos -

- Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.

Banco Depositário: Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL

**Valor da Carteira em 31 dezembro de 2017: 28.370.452 M Euros**

### INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em Euro)	
Rendimentos	
Rendimento do investimento	-
Outros rendimentos	92.181
As mais-valias de investimentos	345.319
Custos	
Custos de gestão	(68.873)
Custos de depósito	(17.208)
Outros encargos, taxas e impostos	(22.436)
As menos-valias de investimentos	(259.020)
Custos de negociação	(1.488)
Lucro líquido	68.474
Lucros distribuídos	
Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	14.028.639
Resgates	10.998.980

### VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

	31.12.2017	31.12.2016
Valor Líquido Global do Fundo	28.370.452	25.272.318
Valor Unitário da UP	5,0201	5,0042

## INDÍCE

I – RELATÓRIO DE GESTÃO

II – BALANÇO DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO – CA CURTO PRAZO  
REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

III – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO –  
CA CURTO PRAZO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

IV – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO –  
CA CURTO PRAZO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

V – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO –  
CA CURTO PRAZO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017





## I – RELATÓRIO DE GESTÃO

---



**II – BALANÇO DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO – CA CURTO  
PRAZO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

---



(valores em Euro)

EXTRAPATRIMONIAIS A 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Data: 31.12.17

DIREITOS SOBRE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos	
		31.12.17	31.12.16
	<b>Operações Cambiais</b>		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	<i>Total</i>		
	<b>Operações Sobre Taxas de Juro</b>		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	<i>Total</i>		
	<b>Operações Sobre Cotações</b>		
934	Opções		
935	Futuros		
	<i>Total</i>		
	<b>Compromissos de Terceiros</b>		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores cedidos em garantia		
945	Empréstimos de títulos		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>		
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	394.800	

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos	
		31.12.17	31.12.16
	<b>Operações Cambiais</b>		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	<i>Total</i>		
	<b>Operações Sobre Taxas de Juro</b>		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros	394.800	
	<i>Total</i>	394.800	
	<b>Operações Sobre Cotações</b>		
934	Opções		
935	Futuros		
	<i>Total</i>		
	<b>Compromissos Com Terceiros</b>		
941	Subscrição de títulos		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>	394.800	
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		






III – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO  
MOBILIÁRIO ABERTO – CA CURTO PRAZO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31  
DE DEZEMBRO DE 2017

---

(valores em Euro)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Data: 31.12.2017

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código	Designação	Períodos		Código	Designação	Períodos	
		31.12.17	31.12.16			31.12.17	31.12.16
	<b>Custos e Perdas Correntes</b>				<b>Proveitos e Ganhos Correntes</b>		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+718	De Operações Correntes			812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	68.855	32.060
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+827+818	De Operações Correntes	23.194	17.865
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	564			Rendimento de Títulos		
724+...+728	Outras Operações Correntes	92.768	47.350	822+...+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos		
729	De Operações Extrapatrimoniais	925	377	829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	116.874	33.911	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	218.443	47.854
731+738	Outras Operações Correntes			831+838	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	142.146	11.870	839	Em Operações Extrapatrimoniais	126.876	9.710
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e				Provisões para Encargos		
7411+7421	Incrementos Patrimoniais			851	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	1	
7412+7422	Impostos Indirectos	11.612	6.533	87			
7418+7428	Outros impostos				<i>Total das Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>437.369</u>	<u>107.489</u>
	Provisões do Exercício						
751	Provisões para Encargos				Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
77	Outros Custos e Perdas Correntes	4.138	2.545	89			
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>369.025</u>	<u>102.586</u>		<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>		
79	Outros custos e perdas das SIM						
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>						
	<b>Custos e Perdas Eventuais</b>				<b>Proveitos e Ganhos Eventuais</b>		
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias			882	Ganhos Extraordinários		12
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outros Custos e Perdas Eventuais			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	131	
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>	<u>131</u>	<u>12</u>
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício						
66	<b>Resultado Líquido do Período (se&gt;0)</b>	<u>68.474</u>	<u>4.915</u>	66	<b>Resultado Líquido do Período (se&lt;0)</b>		
	<b>TOTAL</b>	<u>437.499</u>	<u>107.501</u>		<b>TOTAL</b>	<u>437.499</u>	<u>107.501</u>
(8*1/2/3)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	169.860	46.003	F - E	Resultados Eventuais	131	12
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	(16.194)	(2.537)	B+F-A-E+74	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	68.474	4.915
B-A	Resultados Correntes	68.343	4.903	B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	68.474	4.915



**IV – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO – CA CURTO PRAZO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

---

(valores em Euro)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Data: 31.12.17

DISCRIMINAÇÃO DE FLUXOS	31.12.17		31.12.16	
<b>OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC</b>				
RECEBIMENTOS:		14.028.640	33.469.139	33.469.139
Subscrição de unidades de participação	14.028.640			
...				
PAGAMENTOS:		10.905.931	8.199.701	8.199.701
Resgates de unidades de participação	10.905.931			
Rendimentos pagos aos participantes				
...				
<b>Fluxo das operações sobre as unidades do OIC</b>		3.122.709		25.269.438
<b>OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ativos</b>				
RECEBIMENTOS:		47.350.578	18.943.911	18.943.911
Venda de títulos e outros ativos	35.252.707		13.419.607	
Reembolso de títulos e outros ativos	12.017.452		5.467.386	
Resgates de unidades de participação noutros OIC				
Rendimento de títulos e outros ativos				
Vendas de títulos e outros ativos com acordo de recompra				
Juros e proveitos similares recebidos	80.419		56.919	
...				
Outros recebimentos relacionados com a carteira				
PAGAMENTOS:		52.698.673	30.637.487	30.671.425
Compra de títulos e outros ativos	52.663.167			
Subscrições de títulos				
Subscrições de unidades de participação noutros OIC				
Comissões de bolsa suportadas				
Vendas de títulos com acordo de recompra				
Juros e custos similares pagos	34.821		33.213	
Comissões de corretagem	685		726	
Outras taxas e comissões				
...				
Outros pagamentos relacionados com a carteira				
<b>Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos</b>		(5.348.095)		(11.727.514)
<b>OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS</b>				
RECEBIMENTOS:		242.836	9.710	9.710
Juros e proveitos similares recebidos	115.960			
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro	126.876			
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções				
Comissões em contratos de opções				
Outras comissões				
...				
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas				
PAGAMENTOS:		274.411	11.870	12.247
Juros e custos similares pagos	131.340			
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro				
Operações sobre cotações	142.146			
Margem inicial em contratos de futuros e opções				
Comissões em contratos de opções	925		377	
...				
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas				
<b>Fluxo das operações a prazo e de divisas</b>		(31.575)		(2.537)





(valores em Euro)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Data: 31.12.17

DISCRIMINAÇÃO DE FLUXOS	31.12.17		31.12.16	
<b>OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE</b>				
RECEBIMENTOS:		29.519		3.266
Cobranças de crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros de depósitos bancários	29.388		3.266	
Juros de certificados de depósito				
Contração de empréstimos				
Comissões em operações de empréstimo de títulos				
....				
Outros recebimentos correntes	131			
PAGAMENTOS:		108.824		43.460
Despesas com crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros devedores de depósitos bancários				
Comissão de gestão	68.467		29.423	
Comissão de depósito	17.120		7.385	
Taxa de supervisão	3.414		711	
Impostos e taxas	11.768		3.211	
Reembolso de empréstimos				
Outros pagamentos correntes	8.055		2.730	
<b>Fluxo das operações de gestão corrente</b>		(79.306)		(40.194)
<b>OPERAÇÕES EVENTUAIS</b>				
RECEBIMENTOS:		0		0
Ganhos extraordinários				
Ganhos imputáveis a períodos anteriores				
Recuperação de incobráveis				
....				
Outros recebimentos de operações eventuais				
PAGAMENTOS:		0		0
Perdas extraordinárias				
Perdas imputáveis a períodos anteriores				
....				
Outros pagamentos de operações eventuais				
<b>Fluxo das operações eventuais</b>		0		0
<b>SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)</b>		(2.336.267)		13.499.194
<b>DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)</b>		13.499.194		0
<b>DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)</b>		11.162.927		13.499.194



V – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO DE INVESTIMENTO  
MOBILIÁRIO ABERTO – CA CURTO PRAZO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31  
DE DEZEMBRO DE 2017

---



## INTRODUÇÃO

A constituição do CA Curto Prazo - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 18 de fevereiro de 2016, tendo iniciado a sua atividade em 1 de abril de 2016.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.

### 1. CAPITAL DO OIC

O capital do OIC é constituído por unidades de participação, aberto aos participantes titulares de cada uma das unidades, com um valor inicial de subscrição de mil escudos cada (quatro euros e noventa e nove cêntimos), à data do início do OIC. O valor da unidade de participação, para efeitos de subscrição, é o valor da primeira avaliação subsequente ao dia da subscrição. O preço de reembolso tem como subjacente o mesmo cálculo, tendo como base o valor do património líquido do OIC, do dia seguinte ao do pedido de reembolso.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	No Início	Subscrições	Resgates	Dist. Result.	Outros	Resultados do Período	No Fim
Valor base	25.251.073	13.978.033	10.972.227				28.256.878
Diferença p/ Valor Base	16.330	50.606	26.752				40.184
Resultados distribuídos					4.915		4.915
Resultados acumulados					(4.915)	68.474	68.474
SOMA	25.272.318	14.028.639	10.998.980	-	-	68.474	28.370.451
N.º de Unidades de Participação	5.050.215	2.795.607	2.194.445				5.651.376
Valor da Unidade de Participação	5,0042	5,0181	5,0121				5,0201

Em 31 de dezembro de 2017 não existiam pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2017	31-12-17	5,0201	28.370.452	5.651.376
	30-09-17	5,0193	22.760.961	4.534.659
	30-06-17	5,0133	21.481.035	4.284.831
	31-03-17	5,0082	21.767.884	4.346.426
Ano 2016	31-12-16	5,0042	25.272.318	5.050.215
	30-09-16	5,0039	27.889.056	5.573.502
	30-06-16	4,9998	4.012.966	802.623

Em 31 de dezembro de 2017, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

31 dezembro 2017	
Escalões	N.º Participantes
UPs $\geq$ 25%	-
$10\% \leq$ UPs < 25%	-
$5\% \leq$ UPs < 10%	-
$2\% \leq$ UPs < 5%	-
$0,5\% \leq$ UPs < 2%	8
UPs < 0,5%	1.792

## 2. TRANSAÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS NO PERÍODO

O volume de transações do exercício de 2017, por tipo de valor mobiliário, aferido pelo preço de realização dos respetivos negócios é o seguinte:

Descrição	(Valores em Euro)					
	Compra (1)		Vendas (2)		Total (1) + (2)	
	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado
Dívida Pública	793.295	1.280.504	170.672	1.481.464	963.967	2.761.968
Obrigações Diversas	7.569.241	10.306.529	2.415.051	23.363.812	9.984.292	33.670.340
Total	8.362.536	11.587.032	2.585.723	24.845.276	10.948.259	36.432.308

Os montantes de subscrições e resgates, bem como os respetivos valores cobrados a título de comissões de subscrição e resgate decompõem-se como se segue:

(Valores em Euro)		
Descritivo	Valor (Nota 1)	Comissões
Subscrições	14.028.639	
Resgates	10.998.980	

## 3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro de 2017, esta rubrica tem a seguinte composição:



Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
<b>1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS</b>						
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>						
-Títulos dívida Pública						
PGB Float 12/08/21	316.008	-	(1.188)	314.820	2.385	317.205
	316.008	-	(1.188)	314.820	2.385	317.205
-Obrigações diversas						
Caixa Geral Depósitos 1% 27/01/22	202.230	1.622	-	203.852	1.852	205.704
Galp Energia 3.571% 08/03/18	303.450	-	(1.699)	301.751	596	302.347
REN Redes Energeticas Float 16/01/20	63.600	-	(985)	62.615	560	63.175
Saudacor SA Float 20/12/19	200.000	1.760	-	201.760	168	201.928
Sonae Investimento SGPS Float 12/06/18	101.510	-	(210)	101.300	170	101.470
	870.790	3.382	(2.894)	871.278	3.346	874.625
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-Títulos dívida Pública						
CCTS EU Float 15/12/22	305.016	-	(1.476)	303.540	57	303.597
	305.016	-	(1.476)	303.540	57	303.597
-Obrigações diversas						
ALD SA Float 27/11/20	100.000	466	-	100.466	10	100.476
AP Moeller-Maersk Float 18/03/19	102.872	-	(1.185)	101.687	46	101.733
Alfa Laval Treasury Float 12/09/19	300.490	869	-	301.359	35	301.394
Allergan Fuding SCS Float 01/06/19	100.102	37	-	100.139	2	100.141
Allianz Finance II Float 07/12/20	101.376	14	-	101.390	12	101.402
Autoroutes Paris ARRF 5.125% 18/01/18	502.164	-	(1.014)	501.150	24.361	525.512
BBVA Senior Fin 3.75% 17/01/18	100.314	-	(157)	100.157	3.575	103.732
BCPCE SA Float 09/03/22	303.561	5.757	-	309.318	121	309.439
BNP Paribas Float 22/09/22	512.803	-	(48)	512.755	65	512.820
Banco Bilbao Vizcaya Float 12/04/22	300.000	3.516	-	303.516	181	303.697
Bank of America Corp Float 07/02/22	503.690	3.920	-	507.610	353	507.963
Bat Capital Cop Float 16/08/21	301.020	921	-	301.941	64	302.005
Carrefour Banque Float 20/04/21	304.116	-	(177)	303.939	211	304.150
Citigroup Inc Float 24/05/21	303.920	2.455	-	306.375	154	306.529
CommerzBank AG Float 08/03/22	300.000	5.139	-	305.139	81	305.220
Cooperatieve Rabobank UA Float 27/04/21	339.750	-	(12.204)	327.546	1.680	329.226
Credit Agricole London Float 20/04/22	200.132	4.048	-	204.180	188	204.368
DH Europe Finance Float 30/06/22	300.441	1.188	-	301.629	-	301.629
Deutsche Bank AG Float 07/12/20	200.912	-	(234)	200.678	23	200.701
Elec de France 5% 05/02/18	100.510	-	(39)	100.471	4.507	104.978
FCA Bank SPA Ireland Float 12/01/18	200.960	-	(920)	200.040	276	200.316
FCE Bank PLC Float 26/08/20	200.000	1.046	-	201.046	32	201.078
Ferrovial Emisiones 3.375% 30/01/18	200.556	-	(51)	200.505	6.195	206.701
Fonciere des Regions 3.875% 16/01/18	100.400	-	(240)	100.160	3.705	103.865
Ford Motor Credit Co LLC Float 01/12/21	200.000	88	-	200.088	7	200.095
General Motors Finl Float 10/05/21	202.140	-	(502)	201.638	99	201.737
Goldman Sachs Group Float 09/09/22	502.375	2.185	-	504.560	85	504.645
HSBC Holdings PLC Float 27/09/22	558.461	219	-	558.679	23	558.702
Harman Finance Int 2% 27/05/22	106.025	-	(540)	105.485	1.195	106.680
Intesa SanPaolo Float 28/02/21	303.160	3.200	-	306.360	203	306.563
John Deere Cash Float 15/09/20	200.920	2	-	200.922	-	200.922
Jyske Bank Float 02/06/20	200.000	872	-	200.872	3	200.875
Leaseplan Corp NV Float 04/11/20	300.000	1.764	-	301.764	88	301.852
MedioBanca SPA Float 18/05/22	300.000	5.379	-	305.379	161	305.540
Molson Coors Brewing Float 15/03/19	300.000	252	-	300.252	3	300.255
Morgan Stanley Float 27/01/22	502.800	2.795	-	505.595	333	505.928
Nordea Bank AB Float 27/09/21	405.704	-	(40)	405.664	8	405.672
Pko Bank Polski SA 0.75% 25/07/21	399.168	5.868	-	405.036	1.307	406.343
Red Electrica Fin BV 4.75% 16/02/18	201.426	-	(250)	201.176	8.277	209.453
SNAM SPA Float 21/02/22	301.050	2.727	-	303.777	90	303.867
Scania CV AB 20/04/20	200.000	776	-	200.776	28	200.804
Societe Generale Float 01/04/22	303.907	2.759	-	306.666	391	307.057
Telefonica 4.797% 21/02/18	201.412	-	(77)	201.335	8.227	209.562
Volkswagen Leasing GMBH Float 06/07/21	499.750	1.395	-	501.145	145	501.290
Vonovia Finance BV Float 20/11/29	200.896	-	(98)	200.798	5	200.803
Wells Fargo & Company Float 31/01/22	500.180	3.890	-	504.070	143	504.213
	12.869.463	63.547	(17.775)	12.915.234	66.697	12.981.931
<i>O.M.Regulamentados Estados UEs</i>						
-Obrigações diversas						
Renaul Float 14/03/22	300.000	3.621	-	303.621	49	303.670
	300.000	3.621	-	303.621	49	303.670
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>						
-Obrigações diversas						
UBS Float 20/09/22	304.647	-	(276)	304.371	34	304.405
UPS Float 15/07/20	310.992	620	-	311.612	66	311.678
United Technologies Corp Float 13/11/19	200.800	18	-	200.818	-	200.818
	816.439	638	(276)	816.801	100	816.901
<b>2. OUTROS VALORES</b>						
Outros Instrumentos de dívida						
-Papel Comercial						
Melia ECP 0.20% 18/04/17 - 17/04/18	199.596	-	-	199.596	286	199.882
NOS SGPS SA 24 EM PC 14/12/17 - 11/01/18	650.000	-	-	650.000	31	650.031
Semapa SGPS 92 EM PC 13/11/17 - 15/01/18	600.000	-	-	600.000	(100)	599.900
Sonae SGPS SA 860 EM 29/12/17 - 05/01/18	100.000	-	-	100.000	1	100.001
	1.549.596	-	-	1.549.596	217	1.549.813
<b>TOTAL</b>	<b>17.027.312</b>	<b>71.188</b>	<b>(23.609)</b>	<b>17.074.890</b>	<b>72.851</b>	<b>17.147.741</b>



O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 foi o seguinte:

(valores em Euro)

Descrição	31.12.2016	Aumentos	Reduções	31.12.2017
Depósitos à ordem	1.110.194	89.542.048	(89.699.314)	952.928
Depósitos a prazo e com pré-aviso	12.389.000	13.520.000	(15.699.000)	10.210.000
<b>TOTAL</b>	<b>13.499.194</b>	<b>103.062.048</b>	<b>(105.398.314)</b>	<b>11.162.928</b>

#### 4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através da Lei nº 16/2015, de 24 de fevereiro, o qual aprova o novo Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo, com entrada em vigor após 24 de junho de 2015, tendo revogado Decreto-Lei nº 63-A/2013, de 10 de maio.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

##### Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica "Juros e proveitos equiparados".

##### Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

- O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.
- O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos Valores Mobiliários.

- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.
- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
- As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos Valores Mobiliários.
- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
- As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos Valores Mobiliários;
  - Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
- j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

#### Impostos

O Fundo é tributado em IRC, à taxa geral prevista no Código do IRC (atualmente fixada em 21%), encontrando-se isento de derrama municipal e estadual. O lucro tributável do Fundo corresponde ao resultado líquido do exercício, apurado de acordo com as normas contabilísticas legalmente aplicáveis, não sendo, em regra, considerados os rendimentos de capitais, prediais e mais-valias, os gastos ligados aqueles rendimentos ou previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC, bem como os rendimentos, incluindo os descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para o Fundo.



Os prejuízos fiscais apurados em determinado período de tributação são deduzidos aos lucros tributáveis, havendo-os, de um ou mais dos 12 períodos de tributação posteriores, aplicando-se o disposto no n.º2 do artigo 52.º do Código do IRC.

O Fundo passa a encontrar-se sujeito a tributação autónoma às taxas previstas no Código do IRC. O Fundo passa também a encontrar-se sujeito, com as necessárias adaptações, às obrigações previstas nos artigos 117.º a 123.º, 125.º, 128.º e 130.º do Código do IRC (e.g. declaração Modelo 22, IES, documentação fiscal, organização e centralização da contabilidade). No que respeita ao Imposto do Selo, os Fundos serão tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0025%, por trimestre, relativamente aos Fundos que invistam exclusivamente em instrumentos de mercado monetário e depósitos bancários e à taxa de 0,0125%, por trimestre, para os restantes.

## 5. COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO

Os componentes do resultado do Fundo (Proveitos) são os seguintes:

Natureza	GANHOS DE CAPITAL			Ganhos de Juros		Rendimento de Títulos	Soma
	Mais Vallas potenciais	Mais Vallas efetivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros corridos		
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Ações							
Obrigações	139.466	78.976	218.443	65.491			65.491
Titulos de Participação							
Unidades de Participação							
Instr. de dívida de c/ prazo				3.364			3.364
Outros ativos							
Depósitos				23.194			23.194
OPERAÇÕES A PRAZO (1)							
Cambiais							
Forwards							
Swaps							
.....							
Taxa de Juro							
Swaps							
Futuros		126.876	126.876				
Opções							
Cotações							
Futuros							
Opções							
.....							
OUTRAS OPERAÇÕES							
Operações de Reporte							
Operações de Empréstimo							
Em operações cambiais							





Os componentes do resultado do Fundo (Custos) são os seguintes:

(continuação)

Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões Suportados		
	Menos Valias potenciais	Menos Valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros corridos	Soma
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Acções						
Obrigações	94.078	22.796	116.874			
Títulos de Participação						
Unidades de Participação						
Outros ativos						
Depósitos						
OPERAÇÕES A PRAZO						
Cambiais						
Forwards						
Swaps						
.....						
Taxa de Juro						
Swaps						
Futuros		142.146	142.146	925		925
Opções						
Cotações						
Futuros						
Opções						
.....						
COMISSÕES						
De Carteira de Títulos				564		564
De Gestão				68.873		68.873
De Depósito				17.208		17.208
De Supervisão				3.333		3.333
Outras Comissões				3.353		3.353
De Op. Extrapatrimoniais						
.....						
OUTRAS OPERAÇÕES						
Operações de Reporte						
Juros de empr.obtidos						
Em operações cambiais						

## 9. DISCRIMINAÇÃO DOS IMPOSTOS SOBRE MAIS-VALIAS E RETENÇÕES NA FONTE

À data de 31 de dezembro de 2017 os impostos sobre mais-valias e retenções na fonte tem a seguinte decomposição:

Descritivo	(Valores em Euro)	
	31.12.2017	31.12.2016
Impostos directos:		
Mais Valias em ações	-	-
Mais Valias em títulos de dívida	-	-
Dividendos de ações	-	-
Dividendos de unidades de participação	-	-
Juros Obrigações	-	-
Juros depósitos à ordem	-	-
Juros depósitos a prazo	-	-
Outros de ações	-	-
	-	-
Impostos indirectos:		
Imposto do selo	11 612	6 533
	11 612	6 533
Impostos pagos no estrangeiro:		
Dividendos de ações	-	-
Dividendos de unidades participação	-	-
Outros impostos	-	-
	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>11 612</b>	<b>6 533</b>



## 12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 31 de dezembro de 2017, a exposição ao risco de taxa de juro pode resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	3 617 749			( 394 800,00)		4 012 549
de 1 a 3 anos	3 290 035					3 290 035
de 3 a 5 anos	10 239 957					10 239 957
de 5 a 7 anos	-					-
mais de 7 anos	-					-

## 15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	68.873	0,30%
Comissão de Depósito	17.208	0,07%
Taxa de Supervisão	3.333	0,01%
Custos de Auditoria	4.121	0,02%
Encargos outros OIC	0	0,00%
Outros Custos Correntes	4.842	0,02%
<b>TOTAL</b>	<b>98.376</b>	
<b>TAXA DE ENCARGOS CORRENTES</b>		<b>0,43%</b>

(1) Média relativa ao período de referência

## 16. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os comparativos relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2016 não respeitam a um ano completo de atividade, uma vez que o Fundo só iniciou a sua atividade em 11 de abril de 2016.

As Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2017 são comparáveis com as Demonstrações Financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2016.

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO CA CURTO PRAZO** (Fundo) gerido por IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA (Sociedade gestora), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 28.419.198 euros e um total de capital do fundo de 28.370.451 euros, incluindo um resultado líquido de 68.474 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo, que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO CA CURTO PRAZO** em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Investimento Mobiliário.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do Fundo e da respectiva Sociedade gestora nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Consideramos de maior relevância para a auditoria os riscos associadas às operações de compra e venda e aos procedimentos de valorização dos ativos mobiliários que constituem a carteira do Fundo, tendo averiguado se cumprem os objetivos e regras previstos no Regulamento do Fundo, não tendo identificado situações ou indícios de distorção material devido a erro ou fraude e confirmado estarem cumpridas as regras específicas definidas pela CMVM para os Fundos de Investimento Mobiliário.

### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão da Sociedade gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Investimento Mobiliário;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Sociedade gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade gestora do Fundo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da

continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação da Sociedade gestora, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação da Sociedade gestora, incluindo o órgão de fiscalização da Sociedade gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização da Sociedade gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014**

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores do Fundo pela Sociedade gestora desde a sua constituição, em 1 de abril de 2016.
- O órgão de gestão da Sociedade gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras do Fundo. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA

mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Sociedade gestora.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo e respetiva Sociedade gestora, durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos ao Fundo ou à Sociedade gestora quaisquer outros serviços.

#### **Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo**

Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro, devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- O adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do organismo de investimento coletivo;
- A adequada avaliação efetuada pela Sociedade gestora, responsável pela gestão dos ativos e passivos do Fundo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral e aos ativos imobiliários;
- O controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação;
- O cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 6 de abril de 2018

carlos teixeira, noé gomes,  
& associado sroc, lda.

Noé Gonçalves Gomes (ROC n.º 498)  
em representação de

Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, Lda. (n.º 28)  
(inscrita na CMVM sob o n.º 20161383)